

logrado maior aderência analítica. Foi a partir das teorizações de autores dessas duas subáreas de conhecimento, tais como Shedler (2004) e Pinho e Sacramento (2009), que pudemos compreender a imprescindibilidade de *accountability* na dinamização das relações sociais em vista, principalmente, das conformações de governo regradas por princípios democráticos de administração da máquina pública.

À conta das formas contemporâneas a que está submetida, especialmente na administração dos serviços públicos, em que o uso de ferramentas de *accountability* passou a ser requerido pelo Estado, o estudo empírico foi guiado pela convicção de que, na educação, a avaliação constitui um dos eixos nodais de políticas com finalidades de *accountability*.

O referencial teórico eleito para o delineamento da investigação levou-nos a construir a hipótese de que predomina no campo da educação uma tradução, e também uma interpretação, pouco aprofundadas sobre a capacidade heurística da *accountability*. Essa hipótese foi construída considerando-se a recente entrada do tema nesse campo de conhecimento, principalmente se for observado o curso das reformas educacionais no Brasil.

As perspectivas neoliberais foram propulsoras de uma nova apreensão do conceito de *accountability* especialmente no campo da administração pública, com pressupostos de uma nova gestão pública baseada no gerencialismo. Mesmo que o discurso seja pelo fortalecimento da democracia, predomina uma administração neoconservadora que tem por objetivo a manutenção das formas de regulação e controle dominantes.

Por sua vez, na ciência política, o desafio está em atribuir ao governante o dever de assegurar *accountability* perante os cidadãos e não apenas ao direito de exigir destes a prática dessa. Sobre esse aspecto, Behn (1998, p. 18) argumenta que “se seu sistema não assegura *accountability* perante os cidadãos, então ele é, por definição, inaceitável”. Tomar a acepção dessa palavra por essa vertente implica, pois, atitudes responsivas mais do que a busca pela eficiência e eficácia dos serviços públicos. Implica, ainda, que a *accountability* focalize mais os processos do que os resultados.

Considerando essa capacidade heurística do termo, a análise das especificidades recaiu sobre os temas centrais de investigação informados pelos pesquisadores autores; obra e autor de referência; e concepções/traduições predominantes.

Os temas centrais de investigação informados pelos pesquisadores autores das vinte teses selecionadas para análise versam majoritariamente sobre avaliação educacional. Contudo, o olhar destes pesquisadores recai sobre diferentes mecanismos de regulação da qualidade, tais como o currículo, a prática pedagógica e a gestão.

No tocante às obras referidas, foram computadas quarenta e três obras citadas pelos pesquisadores sobre o tema da *accountability*. O autor mais citado foi Almerindo Janela Afonso, com dois textos dentre os mais referidos: *Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional*,

publicado em 2001; e, *Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares*, publicado em 2009.

As concepções de *accountability* predominantes foram: 1) Duas teses (10%) associam o termo à prestação de contas, consideram as avaliações externas uma alternativa de prestar contas à sociedade sobre a qualidade da educação nas escolas; 2) Quatorze teses (70%) concebem o termo como sinônimo de responsabilização consideram-no, especialmente, no sentido de os profissionais da educação serem responsabilizados pelos resultados alcançados por estudantes em provas estandardizadas. Contudo, reverberam insatisfação com essa associação em decorrência da situação atual do país; 3) Quatro teses (20%) relacionam a *accountability* com avaliação, prestação de contas e responsabilização, reverberam as exigências pela eficácia escolar, ignorando contradições inerentes ao contexto escolar. Consideram que as avaliações em larga escala aprofundam as diferenças e desigualdades sociais, culturais e econômicas vigentes e promovem a exclusão escolar.

Tomando por base o conjunto de teses, predomina associação da *accountability* com dispositivos neoliberais que informam a regulação da educação na contemporaneidade. Nesse contexto o conceito é tomado como estratégia para o gerenciamento da força de trabalho dos profissionais da educação. Ou seja, o Estado responsabiliza o funcionário pelo serviço oferecido e, os docentes e gestores institucionais, pelos resultados obtidos nas avaliações.

Desta forma, o estudo em tela revelou que a *accountability* vincula-se ao gerenciamento da força de trabalho (responsabiliza o funcionário pelo serviço oferecido; docentes e gestores institucionais, pelos resultados das avaliações). Logo, predomina uma concepção empresarial de *accountability* e estratégia de aferição da qualidade da educação ofertada pelas instituições e sistemas de ensino.

A análise da produção acadêmica demonstrou tendência a uma análise crítica tanto das políticas de avaliação educacional quanto da associação delas com dispositivos de *accountability*. Em outra direção, apontou para uma baixa correlação desta produção com a que vem sendo desenvolvida por outras áreas de conhecimento, tais como as voltadas para a administração pública e a ciência política. O diálogo interdisciplinar, que poderia favorecer ampliação da análise e, ao mesmo tempo, aprofundamento teórico do tema, fica subsumido em favor de uma análise unidirecional do tema, mormente o que informa os pressupostos das políticas educacionais neoliberais. Predomina, pois, a apreensão de uma única vertente de análise em estudos sobre este tema, desconsiderando-se as múltiplas dimensões do conceito e a sua capacidade heurística.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de regulação. Avaliação. *Accountability* educacional.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e Políticas Educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, ano XXII, no 75, Agosto/2001.

AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, n.13, p.13-29, 2009.

BEHN, Robert. O novo paradigma da gestão pública e a busca da *accountability* democrática. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 49, n. 4, p 5-45, out./dez. 1998.

PINHO, José Antônio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. *Accountability*: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n6/06.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Dispositivos de *accountability* na reforma da educação básica brasileira: tendências em curso. **Revista Diálogo Educaional**, Curitiba, v. 19, n. 60, p. 469-493, jan./mar. 2019.